

A DIFÍCIL VIDA NUM PARAISO: ILHA DA MARAMBAIA / RJ

Luciana de Amorim Nóbrega

A Ilha da Marambaia, na realidade uma Restinga, localiza-se no litoral de Mangaratiba (RJ), sul fluminense, em uma área considerada pelos militares como de segurança nacional e controlada pela Marinha do Brasil. O único acesso possível aos moradores e visitantes se dá por meio de barco da Marinha; sendo que no caso dos visitantes, com autorização prévia.

O local é de uma grande beleza, possuindo uma porção bem conservada da Mata Atlântica e várias praias de mar calmo e areias brancas, além de uma bela montanha, que os militares chamam de Pico da Marambaia e os moradores de Morro da Velha e sobre a qual não faltam histórias e superstições.

A Ilha possui uma história além de muito interessante, plena de controvérsias e de ocupações, que se iniciam com sua compra pelo Comendador Breves, conhecido como Barão do Café e grande traficante de escravos no Rio de Janeiro do século XIX, que ali instalou duas fazendas de plantio de café, onde mantinha os escravos, que trazia da África e de outros lugares do Brasil, para "engorda" antes de serem vendidos, ou transferidos para suas outras fazendas no continente. Segundo os atuais moradores, que reivindicam a posse de parte dessas terras, o Comendador, pouco antes de morrer, teria deixado a Ilha para as famílias dos ex-escravos que nela ainda permaneciam, distribuindo as praias entre elas. Esse compromisso não foi cumprido pela família Breves, já que, como confirmam os moradores, foi doação "só de boca".

A versão local do testamento do Comendador é uma das muitas histórias que se ouve nas Ilha, e que não podem ser comprovadas, mas são contadas pelos moradores como testemunhos de seu sentimento de pertencimento àquele lugar, de amor à "sua" Ilha e do orgulho não só de ser marambaisenses, mas de um passado que, apesar do sofrimento, é

relembrado com detalhes pelos que ouviram de seus pais e avós, e contado com tristeza, mas também com altivez.

Após a morte do Comendador, em 1890, a Ilha foi vendida, tendo passado por várias tentativas de utilização pela União, mas que resultaram em fracasso. Apesar disso, as famílias dos descendentes de escravos, aí permaneceram até 1939, quando o Abrigo Cristo Redentor instalou-se na Ilha, com o patrocínio de Getúlio Vargas, e criou a Escola de Pesca Darci Vargas, inaugurando um período de grande prosperidade. Segundo um morador que participou como aluno da Escola, "aqui no tempo da Escola tinha de tudo, tinha fábrica de gelo, fábrica para sardinha, a gente tinha escola que profissionalizava a gente". Esta é a época de glória e felicidade lembrada com saudade e com um sentimento de perda irre recuperável.

A estrutura física – edifícios, igreja, posto de saúde, escola - encontrada na Ilha é a mesma construída pela Escola de Pesca, e é hoje ocupada pela Marinha, que depois do inesperado processo de falência e desativação do Abrigo Cristo Redentor (década de 1960), aí se instalou, em 1971, através do CADIM – Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia, pertencente ao Corpo de Fuzileiros Navais.

O lado leste da Ilha era, antes da chegada da Escola, habitado, na sua maioria, pelos remanescentes das fazendas do Comendador Breves e era designado pelos próprios moradores como a "parte escura" da Ilha, e o lado Oeste por ex-funcionários e alunos da Escola de Pesca e se constituía no "lado claro". Atualmente, esta divisão não é perceptível, pois a Marinha expulsou os moradores para os dois extremos, misturando os dois núcleos, e instalou-se no que se poderia chamar de "centro" da Ilha na parte voltada para o continente. Isto dividiu a Ilha em duas partes e embora não haja impedimento de trânsito dos habitantes não militares, eles afirmam "se sentirem constrangidos" de

permanecer na área da Marinha¹, o que demonstra o sentimento de segregação, refletindo o mal estar dos moradores com aqueles que consideram “intrusos” e também explicitando a própria lógica militar de separação entre o mundo civil e o militar.

Desde sua chegada a Ilha, a Marinha vem buscando retirar dela a população, no início de uma forma menos violenta, mas a partir da década de 1990, a batalha se intensificou, com diversas ações judiciais de Reintegração de Posse, sob a alegação de invasão de terras por parte dos moradores. A população, sem contar com qualquer tipo de apoio, passou a ser expulsa depois de condenada por processos aos quais não tinha acesso.

Esta situação criou um clima de tensão e desamparo, pois além dos processos na Justiça, a Marinha começou a criar interdições e regulamentos que proibiam a população de aumentar, ampliar ou construir casas, fazendo com que famílias passassem a se amontoar em casas que crescem para dentro, no sentido que os cômodos vão sendo divididos e redivididos em pequenos espaços para abrigar as novas famílias que vão se formando pelos casamentos. Além disso, não há tratamento de esgoto na Ilha, nem coleta regular de lixo, a não ser na área militar, o que acarreta acusações mútuas entre Marinha e moradores a respeito dos lixões que podem ser encontrados em locais nem tão escondidos e não longe dos caminhos por onde passa a população. E nos quais, um exame mais acurado pode perceber itens de uso exclusivo da Marinha.

A população da Marambaia é de aproximadamente 400 pessoas - cerca de 100 famílias que ocupam 90 casas - distribuídas entre os descendentes de escravos, de ex-funcionários e alunos da escola de Pesca e da população caiçara vinda, na época áurea da Ilha, do continente ou de outras ilhas da Baía de Sepetiba, mas que hoje se encontra

¹ SILVA, Daniel Ferreira da. Ilha da Marambaia, RJ: atores externos, mudanças econômicas e conflitos. **Tese de Mestrado**. UFV, 2005.

mesclada de tal forma que seria impossível encontrar-se alguém que não descenda de uma das famílias de ex-escravos que permaneceram na Ilha após a Abolição.

Quanto aos serviços básicos como saúde e educação, a Ilha possui um Posto de Saúde mantido pela Marinha e que presta assistência aos casos de urgência, mas qualquer exame ou caso mais grave é levado ao continente às vezes nas canoas dos pescadores, em viagens que podem levar três horas. A escola é administrada pela Prefeitura de Mangaratiba, mas já que as professoras são transportadas pelo barco da Marinha, dela também depende, fazendo com que a duração das aulas esteja sujeita aos horários dos barcos, podendo ser de apenas duas horas. A escola possui turmas até a 8.^a série e nelas estudam, ao mesmo tempo, crianças, adolescentes e alguns adultos.

Em relação aos serviços públicos, os moradores se vêem em uma situação bastante difícil, pois apesar de tentarem reivindicar melhorias e, hoje em dia se movimentar nesse sentido, suas ações ficam sem resposta, imobilizadas pela força de coerção da Marinha e pelo receio da administração municipal de interferir em território federal, deixando dúvidas e insegurança na população, que fica sem saber a quem recorrer.

Atualmente, a conjuntura na Ilha é um pouco diferente, pois o Ministério Público, juntamente com a Fundação Palmares e a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha da Marambaia (ARQUIMAR) - criada em 2003, - conseguiram garantir a permanência dos moradores e a posse da terra para os descendentes de ex-escravos, num regime de propriedade comunitária. A população saiu vitoriosa, mas a vitória permanece no papel, pois a Marinha tem utilizado todos os artifícios possíveis para impedir que o INCRA entre na Ilha para fazer a demarcação das terras, o que na prática inviabiliza os moradores de tomarem posse do que legalmente lhes pertence.

Uma das ações recentes da Marinha foi impedir a construção da sede da associação de moradores (ARQUIMAR), numa tentativa de enfraquecer a organização política dos moradores que conseguiram, ao longo de seus dois anos de existência, reavivar algumas

práticas culturais de origem africana como o samba de roda e a capoeira, além de se unirem a organizações como a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Estado do Rio de Janeiro (ARQUILERJ), que agrega descendentes de quilombolas de alguns núcleos já organizados politicamente, para defesa de seus direitos. Atualmente um grupo de moradores está participando de visitas sem prévio aviso ao INCRA para cobrar a demarcação das terras já agendada inúmeras vezes e, por diversos motivos, não realizada, numa tentativa de forçar um acordo entre a Marinha e o INCRA ou, pelo menos, de fazer chegar o problema ao conhecimento de estágios superiores da hierarquia federal que possam solucionar o impasse.

Outro aspecto cruel desta ocupação da Marinha nas terras da Marambaia foi a proibição, a partir dos anos 70, da manutenção das roças familiares, cultura que fazia parte da existência da população e que, na memória dos mais velhos, é reconstituída através de relatos de uma infância feliz, nos quais destaca-se a lembrança de uma certa fartura de alimentos e o trabalho em família e cujo desaparecimento é tratado com uma grande dose de mágoa.

A cultura da população da Ilha, apesar das especificidades decorrentes da história de sua ocupação, se aproxima da que caracteriza os habitantes do litoral dos estados do Sudeste, a chamada cultura caiçara². O gênero de vida caiçara combina a agricultura de subsistência, baseada na mandioca e a criação de animais, com a pesca.

² Termo que se origina de caa-içara, palavra Tupi-Guarani, utilizada para designar as estacas colocadas em volta das tabas e aldeias e o curral feito de galhos utilizado para cercar os peixes. Com o correr dos tempos, passou a designar também as palhoças nas praias e mais tarde os moradores (ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, v. 43, nº 1).

No que diz respeito a Marambaia, onde grande parte dos nativos descende dos escravos de oito das fazendas de café do Comendador Breves, é natural que no momento em que se viram largados à própria sorte e tendo que lutar para sobreviver, eles tenham se dedicado com maior afinco àquilo que sabiam, ou tinham aprendido pela força a fazer : a agricultura. Mas, em razão do isolamento da Ilha e das dificuldades, tiveram que se voltar para uma outra atividade mais lucrativa: a pesca, com a qual aprofundaram suas ligações com o litoral, considerado até então como quase inatingível.

Os moradores mais antigos da Ilha, em seus relatos, afirmam que a atividade de plantio foi diminuindo na medida em que os homens foram se dedicando mais ao mar que às suas roças, que foram desaparecendo, já que os jovens não deram continuidade aos cultivos. As palavras de um morador refletem o desalento de ver abandonada uma atividade considerada como herança de seus antepassados: "os mais velhos tinham coragem de enfrentar a roça e a pesca, mas foram cansando ou morrendo e os mais novos só querem o mais fácil, que é pescar"³. E lembram que, quando crianças, ajudavam seus pais na roça, mas seus filhos nunca tiveram experiência com o plantio.

Hoje pequenas roças são cultivadas pelas mulheres, mas os homens em geral, não as ajudam e, mesmo quem ainda conserva alguma plantação, se sente desanimado, já que os treinamentos militares de marcha acelerada não respeitam as áreas plantadas e os treinamentos anti-guerrilha deixam os soldados buscar a própria sobrevivência na mata, fazendo com que "colham "na horta alheia o alimento.

A Marinha inibiu também a feitura da farinha de mandioca, destruindo sistematicamente as casas de farinha dos moradores, tradição que os moradores mantiveram por longo

³ Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia, município de Mangaratiba (RJ)/coordenação José Maurício Arruti – Rio de Janeiro: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, Fundação Cultural Palmares, 2003.

tempo, juntamente com o beneficiamento dos gêneros pela própria família, como o café torrado no fogão, a cana, com a qual preparavam o melaço e que substituía o açúcar, e a mandioca, que se transformava não só em farinha, mas também em bijus. A casa de farinha por vezes fazia parte do corpo da casa, o que indica seu uso constante. Nas palavras de uma moradora, “o que eu mais gostava era o café da manhã com café melado e mandioca. Hoje não temos mais. Eu mesma fui conhecer açúcar, já velha”.

A difícil situação de sobrevivência, sem a ajuda da roça e da farinha, fez com que os moradores se tornassem totalmente dependentes da pesca, fato agravado pelas atuais condições de trabalho, pois os pescadores da Baía de Sepetiba vêm passando dificuldades frente à diminuição da quantidade de pescado por conta da pesca industrial e predatória das grandes empresas internacionais, e pelo desrespeito à estação de reprodução. A isso, soma-se a poluição da baía que, ao mesmo tempo em que recebe esgoto “in natura” e dejetos da obra do Porto de Sepetiba, recebe ainda uma enorme quantidade de lixo químico das indústrias a seu redor.

A população, guiada pela tradição, distinguia e respeitava cada território de pesca com suas características, permitindo ou proibindo a pescaria em determinados locais e épocas, garantindo assim, por exemplo, que o camarão pudesse ser encontrado em abundância em determinada praia da Ilha. Como se não bastassem as condições em que se encontra a pesca artesanal, não só no litoral fluminense, mas no Brasil como um todo, na Marambaia as condições se tornam ainda mais graves quando se constata que as manobras militares de artilharia costeira e submarina estão fazendo com que o criadouro natural do camarão, antes fonte abundante do crustáceo, esteja bastante reduzido, trazendo aos moradores o temor do desaparecimento, na costa da Marambaia, não só do camarão, mas também de outros tipos de pescado.

Além de todos estes pesadelos, apenas as casas dos moradores que apóiam ou pelo menos não lutam contra as imposições da Marinha, têm energia elétrica. Os outros moradores usam lampião ou bujões de gás para iluminação e baterias para ligar suas televisões e rádios. A falta de energia impede ainda que os pescadores se reúnam na compra de uma máquina de fabricar gelo, que seria de grande utilidade tendo em vista a necessidade de conservação dos peixes, o isolamento da Ilha, e o preço do produto.

As dificuldades para se conhecer, ou estudar a Ilha, têm início logo no cais, em Itacuruçá, onde para entrar no barco é necessário ser-se morador, convidado deste (número limitado), militar ou convidado deste, ou alunos e professores da UFRuralRJ que tenham antes conseguido licença da Marinha (o que nem sempre garante a entrada).

A chegada à Ilha encanta a todos, os que a estão conhecendo e os que não se cansam de admirá-la e este justo arrebatamento diante da beleza do lugar é partilhado e incensado pelos moradores, orgulhosos de seu “lar”. A primeira idéia que se tem é a de ali permanecer pelo menos por uma longa temporada. O que seria maravilhoso se fosse possível. Após o desembarque, cai-se bruscamente na realidade e percebe-se que o hotel, construído na antiga senzala, é apenas para os militares e seus convidados, que o alojamento da Rural é pequeno para todos os pesquisadores em atividade na Ilha e que a permanência de “estranhos” nas casas dos moradores criaria problemas a estes.

Tudo isso e o contraste existente entre a paisagem e a vida difícil da população nos incentiva a dar prosseguimento à pesquisa e à sua divulgação, numa busca pelo restabelecimento dos direitos desta população e pela garantia de sua permanência no seu paraíso.